

Representações sobre Minorias em Notícias do Portal G1 no Censo 2010 e sua Contribuição para o Fortalecimento do Sentido de Comunidade¹

Adriana Gonçalves SARAIVA²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo traz os primeiros resultados da pesquisa que está sendo elaborada pela autora, no Mestrado em Comunicação da UFRJ, e que tem como objeto as notícias sobre minorias no portal G1, a partir dos dados do Censo 2010 / IBGE. Realizando um percurso sobre os conceitos de minorias, cidadania e comunidade, pretende-se mostrar aqui como se deram as representações das minorias e refletir sobre sua contribuição para fortalecer a identidade e o sentido de comunidade.

Palavras-chave

Minorias; cidadania, comunidade, mídia, estatística

A vulnerabilidade das condições de vida das minorias foi mostrada pela mídia nas notícias sobre o Censo Demográfico 2010? Essa pergunta colocou-se no decorrer da divulgação do Censo³, que revelou o retrato da desigualdade social brasileira, especialmente sobre as minorias. Embora mulheres e negros⁴ sejam maioria quantitativa na população, ambos com cerca de 51%, em um universo de 190,8 milhões de pessoas, configuram-se minorias pela série de desigualdades a que estão submetidos. As mulheres, por exemplo, ganhavam, segundo o Censo, cerca de 74% do salário dos homens, realizando o mesmo trabalho. Já o rendimento nominal médio mensal dos brancos era de R\$ 1.750,77, enquanto o dos negros era de cerca de R\$ 900,00. Do mesmo modo, enquanto a taxa de analfabetismo entre brancos era de 5,9%, a dos negros subia para 14,4%, nessa pesquisa.

Isso quer dizer que os grupos que guardam maior fragilidade física, social ou cultural, ao invés de serem protegidos pelo Estado e pela sociedade são aqueles mais sujeitos a condições degradantes de vida. É do conhecimento de todos que os indicadores

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda da Escola de Comunicação da UFRJ, RJ, e pesquisadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC) e-mail: saraiva.adri@gmail.com.br.

³ A autora deste artigo integra a equipe de assessoria de imprensa do IBGE e atuou na divulgação do Censo 2010.

⁴ Consideramos como negros, neste artigo, a soma das categorias pretos e pardos, da classificação de cor e raça do IBGE, conforme o estudo Síntese de Indicadores Sociais, do mesmo Instituto, e semelhante às entidades do movimento negro.

sociais melhoraram, na comparação com o Censo 2000, após a implantação das políticas públicas de renda, como Bolsa Família, e das cotas raciais para ingresso no ensino e no serviço público. Porém, ainda existem, no Brasil, pobres e ricos, incluídos e excluídos, e minorias cujo direito coletivo ainda está sendo conquistado.

A análise das notícias sobre minorias nessa pesquisa é apenas um ponto de partida para se pensar as tensões entre o Estado - já que são produzidas a partir das estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE - e a sociedade, tendo como ambiência a mídia, onde se dão as disputas políticas na contemporaneidade. Essa reflexão propõe-se, então, contribuir para um novo modo de compreender o povo brasileiro que, ultrapassando o conceito de população da Estatística, tenha como marca a diversidade e a atuação ético-política.

Este artigo apresenta os primeiros resultados da pesquisa realizada pela autora, que está em fase de elaboração e integrará a dissertação de Mestrado da Escola de Comunicação da UFRJ. A amostra foi construída a partir de dez *releases* com resultados do Censo, divulgados pela assessoria de imprensa do IBGE, e de 97 notícias, veiculadas pelo G1, portal de notícias da Globo (disponível em <http://g1.globo.com/>), em nove datas específicas do cronograma de divulgação do IBGE, compreendidas entre 29 de novembro de 2010 e 19 de dezembro de 2012. Também foram analisadas duas publicações do IBGE com resultados do Censo. Selecionaram-se nove minorias, por serem contempladas pelas informações estatísticas do IBGE: mulheres, idosos, crianças, negros, índios, homossexuais, imigrantes, deficientes e praticantes do Candomblé/Umbanda.

A escolha do site G1 decorreu do fato de conciliar duas características fundamentais para a pesquisa: a hegemonia do veículo, em termos econômicos e de audiência, no contexto da comunicação no país, e por se tratar de um veículo na internet, lugar onde se dá o compartilhamento instantâneo das informações - por *e-mail*, *facebook* ou *twitter* -, muito utilizado pelos integrantes dos movimentos sociais que defendem minorias. Quanto a sua propriedade empresarial, o G1 é o portal de notícias que pertence ao maior conglomerado de comunicação no país. Além das notícias produzidas pela redação do G1, eram publicadas, na época da divulgação do Censo 2010, notícias de diversos outros veículos e agências: Agência Estado, Valor Econômico, Reuters, BBC, EFE, e TV Globo, o que se pressupõe enriquece a posição do G1 como mídia hegemônica, pois houve a agregação de representações de outros veículos e agências com esse perfil.

A análise dos *releases* foi imprescindível, por se constituírem no ponto de partida para a produção das notícias sobre estatísticas, como demonstra MAIA (2005, p.42):

“O *release* foi apontado como um dos instrumentos de maior valor para os jornalistas, seguido das análises dos resultados elaboradas pelos técnicos e o ranking. Mais uma vez, a falta de tempo é o principal motivo para que o *release* seja considerado fundamental pelos repórteres de agências de notícias e emissoras de rádio.”

Inicialmente, pretendia-se, apenas, quantificar o número de vezes que as minorias eram mencionadas nos *releases* e nas notícias. Essa análise quantitativa daria um panorama sobre as minorias com maior e menor inserção no G1. Porém, isso pareceu insuficiente porque se considerava relevante investigar se a notícia sobre minoria revelava a fragilidade das condições de vida dessas pessoas. Diante disso, propôs-se um método de classificação, baseado na análise de conteúdo e inspirado em BARDIN (2009), a partir de três características das minorias, relacionadas por CHAVES (1971) e SODRÉ (2011): **desigualdade econômica, vulnerabilidade social e subordinação cultural**.

A primeira categoria, **desigualdade econômica**, foi atribuída quando a notícia ou o *release* mencionava, por exemplo, que negros recebiam salários menores que brancos; a segunda, **vulnerabilidade social**, foi concedida quando a notícia ou o *release* referia-se a minorias que não usufruíam plenamente os serviços sociais (certidão de nascimento, educação, benefícios previdenciários). Por exemplo, índios sem certidão de nascimento ou deficientes sem carteira de trabalho. Também atribuímos vulnerabilidade aos indicadores sociais negativos, entre eles analfabetismo, evasão escolar, taxa de mortalidade, saneamento básico inadequado. A terceira e última categoria, **subordinação cultural**, referiu-se a trechos dos textos analisados onde as estatísticas demonstraram o poder de um grupo sobre outro. Por exemplo, o poder dos homens sobre as mulheres, no indicador que revela que 61,3% dos domicílios são chefiados por homens, frente a 38,7% por mulheres. Ou o percentual menor de negros como empregadores (0,3%), em relação a brancos (3,0%), e de deficientes (1,8%), em relação às pessoas sem deficiência (2,1%), nessa mesma comparação, indicando que os cargos de comando são mais frequentemente concedidos a brancos, sem deficiência.

Para facilitar o entendimento, as categorias foram resumidas em: **desigualdade, vulnerabilidade e subordinação**. A classificação deu-se da seguinte maneira: inicialmente, verificaram-se quais minorias foram mencionadas nos *releases* e nas notícias e, em seguida, observou-se se, no texto, havia conteúdo que fizesse referência ou estabelecesse relação com uma das três categorias de classificação de minorias. Nesse caso, foi atribuído *sim* e, caso contrário, foi atribuído *não*.

O enquadramento dos *releases* e das notícias, nas categorias mencionadas acima, possibilitou estabelecer relações de semelhança, diferença, proximidade ou distanciamento entre os *releases* e as notícias, o que nos conduziu a hipóteses a respeito da influência que o texto do *release* tem sobre a produção do conteúdo do jornalismo em “tempo real” praticado no portal G1. Além disso, a categorização das notícias lançou luz sobre a questão das representações jornalísticas a respeito das minorias na mídia hegemônica, revelando quais delas foram mais e menos apresentadas e de que modo e outras que não foram sequer mencionadas. E aquelas que, tanto nos *releases* quanto nas notícias, foram tratadas apenas do ponto de vista demográfico (quantitativamente), sem que os textos fossem enriquecidos com informações ou entrevistas que revelariam a vulnerabilidade de suas condições de vida.

Inscrição das minorias nas dimensões política, sociológica e midiática

As notícias sobre minorias no Censo podem ser pensadas a partir das tensões existentes entre a dimensão política, já que Estatística é também conhecida como a ciência do Estado, a dimensão sociológica, de onde emerge o tema das minorias sociais, e a dimensão midiática, onde cabem as representações e apresentações das minorias na mídia. Mas nesse artigo, vamos nos deter à dimensão sociológica, que nos fornece o conceito sobre minorias, e à dimensão midiática.

As minorias ocorrem como um contraponto à maioria nacional, instituída pelos estados modernos, em substituição à lógica feudal. Os estados atuaram, a partir do século XVII, no sentido de extinguir as diferenças, sejam étnicas, econômicas ou jurídicas, por meio da unificação de territórios, moeda, leis, e a da instituição e promoção de uma língua nacional. No Brasil, ficou a cargo primeiramente da Rádio Nacional, e posteriormente da TV Globo, o projeto de identidade do povo brasileiro, a partir da criação de uma cultura única, onde estava inserida uma língua nacional, que tentou apagar os regionalismos e os sotaques. Mas ao longo da história, as forças de resistência política e cultural de povos ao projeto nacional mostraram-se vigorosas, e ainda se mostram no presente, dando origem a conflitos de ordem simbólica, que ocorrem na mídia e redes sociais, mas também em situações de violência real.

Os estudos sobre minorias no Brasil, nas décadas de 60 e 70, foram realizados no campo da Sociologia e referiam-se a minorias religiosas, políticas e étnicas. CHAVES (1971, p.149) salienta que minoria significa, comumente, um grupo de pessoas que de algum modo se encontra numa “situação de dependência ou desvantagem em relação a

outro grupo majoritário”, ambos integrando uma sociedade mais ampla. O autor destaca que esses grupos são alvo de tratamento discriminatório por parte da maioria.

SODRÉ (2011, p.13) formula, por sua vez, um conceito contemporâneo de minorias baseado em quatro características: vulnerabilidade jurídico-social, pela qual o grupo pode ser considerado “vulnerável diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas”; identidade *in statu nascendi*, que se trata de uma condição de “uma entidade em formação, que vive em eterno recomeço”; luta contra-hegemônica, que expõe a luta da minoria “pela redução do poder hegemônico”; e estratégias discursivas, que incluem “discursos e ações demonstrativas” realizados por minorias nas mídias, como passeatas, manifestos, blogs e redes sociais.

Os conceitos de minoria e cidadania compartilham o mesmo território semântico, pois em certo sentido, ser minoria significa não desfrutar da cidadania, e por isso uma das marcas que distinguem as minorias é justamente a busca pela cidadania coletiva. Embora a gênese dos conceitos de cidadania e minorias seja a teoria liberal, passaram a significar, ao longo da sua construção histórica, uma resposta ou alternativa a uma ordem econômica que impôs a muitas pessoas desigualdade e exclusão social.

O conceito clássico de cidadania remonta ao século XX, referindo-se ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais, que vinham se consolidando no século anterior e tinham como norte serem extensivos a todas as pessoas pertencentes a uma nação. Esse conceito de cidadania, formulado pelo sociólogo britânico MARSHALL (1963), dá conta de um conjunto de direitos e deveres dos cidadãos, integrado por três elementos: o elemento civil, composto dos direitos necessários à liberdade individual; o elemento político, que é o direito de participar do exercício do poder político; e o elemento social, que se refere a tudo o que vai desde o direito mínimo de bem-estar econômico ao direito de usufruir os serviços educacionais e sociais.

SODRÉ (2011, p.11) adensa o elemento político do conceito de cidadania de MARSHALL (1963), apontando que minoria é uma noção fundamental para a democracia representativa, porque embora na democracia adote-se o argumento quantitativo de que se deva predominar a vontade da maioria, “qualitativamente, democracia é um regime de minorias, porque só no processo democrático a minoria pode se fazer ouvir.”

O sentido da pergunta inicial desse artigo “A vulnerabilidade das condições de vida das minorias foi mostrada pela mídia nas notícias sobre o Censo 2010?” é enriquecido com a reflexão sobre a utilidade dos meios de comunicação contemporâneos para a busca da

cidadania. Por essa razão, o foco será a mídia como espaço público onde se dão os embates pelo poder, a partir de onde se poderia criar uma democracia com menor desigualdade social, enfim, um lugar onde mais do que populações minoritárias, fossem representadas comunidades e grupos integrantes de um povo constituído de diferenças.

O jornalista Ignácio RAMONET (2013, p.53) classifica a mídia como um poder a serviço dos interesses privados, que perde credibilidade porque é cada vez mais dependente desse poder político e, sobretudo, do poder econômico.

“Costumamos pensar que os meios de comunicação são essenciais à democracia, mas, atualmente, eles geram problemas ao próprio sistema democrático, pois não funcionam de maneira satisfatória para os cidadãos. Isso porque, por um lado, se põem a serviço dos interesses dos grupos que os controlam e, por outro, as transformações estruturais do jornalismo – tais como a chegada da internet e a aceleração geral da informação – fazem com que os meios sejam cada vez menos fiáveis ou menos úteis à cidadania.”

As notícias sobre minorias são retratos, mas também são espelhos nos quais esses grupos se reconhecem. Tanto o conhecimento sobre si quanto o reconhecimento dos outros é o que constitui a minoria. Dessa perspectiva, elas servem para despertar a identidade e o sentido de comunidade. Alguns movimentos sociais protetores de direitos de minorias têm noção da importância dessa representação, seja nas estatísticas do IBGE ou pela mídia, por exemplo, o movimento *LGBT*, quando estimulou a participação de seus integrantes no Censo 2010, criando o slogan “*IBGE: se você for LGBT, diga que é!*”

É nesse contexto, que há o fortalecimento da comunidade, perspectiva que é defendida por PAIVA (2003, p.26), em uma das obras fundadoras da comunicação comunitária no país, O espírito comum – comunidade, mídia e globalismo:

“Cidadania e solidariedade transformaram-se em paradigmas que permitem imaginar uma ordem com objetivos diferentes da premissa econômica universalizante, esta mesma que pretende instaurar de maneira genérica a globalização. A proposta comunitária surge como nova possibilidade de socialização, com o propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número dos excluídos parece cada vez mais ampliado.”

As minorias que apareceram e as que foram invisíveis para o G1 no Censo 2010

Antes de apresentar os resultados quantitativos da análise das notícias sobre minorias no Censo 2010, no *site* G1, e estender a compreensão com a análise qualitativa, importa ressaltar as “minorias invisíveis”, que não apareceram nem nas estatísticas, nem nos releases ou notícias do G1. Por exemplo, os ciganos, minoria étnica que não foi recenseada porque, segundo o IBGE, não se pode contar comunidades que se deslocam pelo

território, mesma alegação metodológica utilizada em relação aos moradores de rua, outra minoria invisível para o Instituto. Também ficaram “invisíveis” algumas minorias que foram recenseadas, porém os dados não foram analisados e divulgados. Isso ocorreu com os moradores de quilombos, porque litígios sobre a demarcação de seus territórios inviabilizaram a divulgação das informações coletadas sobre essas comunidades. As minorias religiosas também se enquadram nesse exemplo, já que apesar das informações terem sido coletadas para todas as religiões (trata-se de uma pergunta aberta), a maior parte das religiões não foi mencionada no texto de análise, embora existam tabelas com dados sobre as condições de vida de seus praticantes. Candomblé/Umbanda e Judaísmo são exemplos de religiões para as quais não foram produzidos textos de análise.

O IBGE reconhece as lacunas e tem trabalhado com o objetivo de melhorar a qualidade das estatísticas oficiais e adequar suas pesquisas às transformações sociais, apesar das restrições orçamentárias e de pessoal. Um desses projetos trata do aprimoramento da classificação de “cor e raça”, ampliando a pesquisa para origem étnica. Nesse sentido, em 2008, foi realizada a Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População – PECERP (em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf), considerada o primeiro passo para “ampliar o espectro de compreensão das categorias nas estatísticas oficiais em relação às questões étnico-raciais”. No estudo, em relação à origem familiar, foram propostas nove classificações: africana; centro-americana; europeia; indígena; judaica; norte-americana; oriente médio, síria, libanesa, armênia; sudeste asiático e sul-americana (exceto brasileira). Os aprimoramentos de categorias pesquisadas e o aumento de periodicidade e de abrangência geográfica das pesquisas esbarram em questões da administração pública externas ao IBGE.

Em relação às minorias “visíveis”, a análise das notícias revelou que, em nove datas de divulgação dos dados censitários, o G1 veiculou 97 notícias sobre o Censo 2010, das quais 65 mencionaram uma ou mais minorias entre as nove pesquisadas, e por isso se constituíram no foco de análise. Considerou-se essa uma proporção alta (67%), em relação ao total de temas do Censo, o que reforça a necessidade da reflexão sobre o tema.

Quase metade (30) das 65 notícias mencionaram as mulheres, no texto ou no título, como “Número de mulheres no Brasil supera o de homens em 3,9 milhões”, do dia 29 de abril de 2011, do repórter Rafael Rosas (Valor Econômico), e “Rendimento de mulheres cresce 13,5%”, do dia 27 de abril de 2012, assinada pela Agência Estado. Em nove dias de divulgação de dados do Censo, as mulheres deixaram de ser mencionadas, apenas, nos dias

25 de maio e 10 de agosto de 2012. Mesmo assim, a ausência de notícias sobre mulheres justifica-se porque, na primeira data mencionada, a publicação divulgada foi “Características Urbanísticas do Entorno dos Domicílios” e, na segunda, foi específica de resultados sobre índios. Em todas as outras datas, houve notícias sobre as mulheres.

No sentido oposto, os praticantes de Candomblé/Umbanda, foram a minoria tratada no menor número de notícias do G1, apenas três, todas no dia 29 de junho de 2012, data da divulgação da publicação “Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência”. Nenhuma delas destacou a minoria religiosa nos títulos, que deram ênfase a católicos e evangélicos, como em “Aumento de evangélicos no Brasil reduz número de católicos para 64,6%”, de autoria da agência de notícias EFE.

As crianças foram a minoria que apareceu como segunda mais mencionada nas notícias (16), seguidas pelos negros (14) e idosos (11), como nos exemplos “Mortalidade infantil tem queda recorde na década”, de 27 de abril de 2012, da Agência Estado; “Branços recebem 84% a mais do que negros no Ceará”, de 16 de novembro de 2011, assinada por G1 São Paulo, e “Bahia é o estado com maior número de centenários”, de G1 São Paulo, em 29 de novembro de 2010.

Ainda de acordo com essa análise quantitativa, houve referência a deficientes e índios, em oito notícias cada, como em “Brasil tem 45,6 milhões de deficientes”, em 29 de junho de 2012, e em “IBGE aponta que 605,2 mil índios falam português no país”, em 10 de agosto de 2012, ambas do G1 São Paulo. Homossexuais e imigrantes apareceram, cada, em apenas cinco das 65 notícias analisadas, como em “Mais da metade dos casais do mesmo sexo vivem no Sudeste, afirma IBGE”, em 17 de outubro de 2012, assinada por G1 São Paulo, e “Volta de brasileiros e vinda de estrangeiros cresce em 10 anos – IBGE”, em 27 de abril de 2012, da Reuters (Rodrigo Viga).

A análise dos dez *releases* coincidiu, em grande parte, com a das notícias. Mulheres e crianças, por exemplo, foram mencionadas em oito e sete *releases*, respectivamente. O menor número de referências entre os *releases*, como nas notícias, foi para os praticantes do Candomblé/Umbanda, que apareceram apenas em um *release*: “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião”, de 29 de junho de 2012. Nas posições intermediárias, alternaram-se nas notícias e nos *releases*, em proporções bem semelhantes, as minorias restantes.

O quanto se mostrou desigualdade, vulnerabilidade e subordinação de minorias

Quanto à investigação sobre as categorias de minorias, nas 65 notícias veiculadas no site G1, para o conjunto de 100 menções às minorias nas notícias, desigualdade recebeu 13 registros *sim*; vulnerabilidade, 36, e subordinação quatro, totalizando 53 referências com *sim* para as características de minorias, o que representa que em 53% das ocasiões foram mencionadas informações sobre desigualdade, vulnerabilidade ou subordinação.

A análise das notícias mostrou, também, que as mulheres obtiveram 14 registros de *sim*, sendo cinco para desigualdade, seis para vulnerabilidade, e três para subordinação. Entre as crianças, houve 14 registros de vulnerabilidade, um de desigualdade e nenhum de subordinação. Note-se que, embora as notícias sobre mulheres tenham apresentado 19 características de minorias, proporcionalmente, as crianças, com 15 características obtiveram melhor resultado, já que foram tema em quase metade das notícias – 16 frente a 30 das mulheres.

Em relação às outras minorias, nas notícias do G1 houve registro de *sim*, em uma das três categorias utilizadas nessa pesquisa, mais frequentemente para negros (8), seguidos por deficientes (7), índios (4), idosos (3) e homossexuais (2). As notícias sobre imigrantes e praticantes de Candomblé/Umbanda não mencionaram, sequer uma vez, desigualdade, vulnerabilidade ou subordinação.

Já a análise das características de minorias aplicada aos dez *releases* que compuseram nossa amostra, onde houve 35 referências às minorias, revelou que para o conjunto das nove minorias, desigualdade recebeu quatro registros *sim*; vulnerabilidade, 18, e subordinação cinco. Totalizando, portanto, 27 referências com *sim* para as características de minorias, o que representa que em 77% das ocasiões foram mencionadas informações sobre desigualdade, vulnerabilidade ou subordinação, nos *releases*.

As mulheres foram tema em oito dos dez *releases* analisados, e classificadas com *sim* para o maior número de características (oito ao todo); com duas referências à desigualdade, três à vulnerabilidade e três à subordinação. A segunda posição, nessa leitura, ficou com as crianças, mencionadas em sete *releases*, e recebendo seis indicações *sim* para vulnerabilidade, um *sim* para desigualdade e nenhuma para subordinação.

Semelhante ao que ocorreu entre as notícias, as minorias que obtiveram pior resultado, a respeito de suas fragilidades, nos *releases*, segundo nossa pesquisa, foram os imigrantes e os praticantes de Candomblé/Umbanda. Além de serem mencionadas o menor número de vezes entre os grupos que analisamos (em dois e um *release*, respectivamente),

não obtiveram nenhuma classificação positiva para características de minorias, ou seja, os *releases* não trataram das condições de vida desses dois grupos, apresentando-os, apenas, do ponto de vista demográfico.

Embora mencionados em cinco *releases*, os idosos apresentaram características de minorias em apenas um deles, do dia 17 de outubro de 2012, “Censo 2010: uniões consensuais já representam mais de 1/3 dos casamentos e são mais frequentes nas classes de menor rendimento”, em que se menciona sua moradia em domicílios inadequados do ponto de vista dos serviços básicos de luz, água e esgoto e foi registrado como vulnerabilidade. Nos outros, há referência aos idosos apenas do ponto de vista demográfico, ressaltando o tema do envelhecimento populacional.

Negros e deficientes foram mencionados em quatro *releases* e suas fragilidades foram expressas do mesmo modo. Entre os negros, houve três menções à vulnerabilidade, uma para subordinação e nenhuma para desigualdade. Causou surpresa os *releases* não mencionarem as diferenças de rendimentos que existem entre negros e brancos. Resultado parecido, nessa análise, obtiveram os deficientes, com um registro de sim para desigualdade, dois para vulnerabilidade e um para subordinação, ocupando ao lado dos negros a terceira posição nesse ranking.

Os índios foram mencionados em dois *releases*, sendo que em um deles “Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas”, de 10 de agosto de 2012, foram tema de uma divulgação específica. A minoria obteve dois registros de vulnerabilidade e um de desigualdade. Por último, em relação aos homossexuais, também mencionados em dois *releases*, registrou-se, apenas uma vez, vulnerabilidade, no *release* de número 9, de 17 de outubro de 2012, em relação ao alto percentual de uniões consensuais (informais).

A análise das características de minorias indicou que tanto os *releases* do Censo 2010 quanto as notícias do site G1 revelaram que foi mais comum apresentar as minorias do ponto de vista estritamente demográfico (estudo da dinâmica das populações), ou seja, quantitativo, sem trazer estatísticas, entrevistas ou informações que dessem conta das condições de vida dessas minorias. Isso foi verificado na maioria dos *releases*, mas ocorreu com ainda mais frequência nas notícias. Mostrou, também, que mulheres e crianças ocuparam um lugar proeminente na divulgação do Censo 2010: nos *releases*, foram responsáveis por 15 classificações *sim*, o que representa mais da metade do total recebido

por todas as minorias (27). O mesmo comportamento foi verificado nas notícias, onde mulheres e crianças obtiveram 29 registros *sim*, de um total de 53.

Breve arqueologia sobre as representações das minorias no G1

Dando continuidade à análise de conteúdo, agora qualitativa, buscou-se relacionar esse resultado com a origem da informação estatística, que é a coleta dos dados e o texto de análise. Embora os textos dos pesquisadores do IBGE, a partir dos quais são produzidos os *releases*, não sejam o foco desse artigo, decidiu-se analisar a publicação “Censo demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência” (IBGE, 2010, p.89-105), que serviu de base para a produção do *release* de 29 de junho de 2012, “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião”. Tentou-se compreender, com isso, o porquê não encontramos, tanto nos *releases* do Censo 2010, como nas notícias, nenhuma informação sobre as condições de vida dos praticantes de Candomblé/Umbanda.

Nesse sentido, verificou-se que, no capítulo análise dos resultados da publicação, não foram mencionadas as características sociais dos praticantes do Candomblé/Umbanda (589 mil pessoas), recebendo destaque, no texto, as informações sobre as religiões com maior número de praticantes: católicos (123,3 milhões), evangélicos (42,3 milhões), espíritas (3,8 milhões) e sem religião (615 mil). Nesse caso, pareceu que a minoria religiosa, por se tratar também de minoria quantitativa, não mereceu análise dos pesquisadores, embora no final da publicação, existam tabelas de dados que demonstrem a situação inferior desse grupo religioso, comparando-se com os outros, em relação à escolaridade, trabalho e rendimento.

A notícia “Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos, aponta IBGE”, publicada no G1, em 29 de junho de 2012, confirma que existiu uma tendência do site de notícias de repetir o conteúdo do *release* mencionado acima. Do mesmo modo que o *release*, a notícia não publicou os indicadores sociais dos praticantes de Candomblé/Umbanda, como escolaridade, trabalho e renda, disponíveis nas tabelas de resultados. O autor da matéria (assinada como G1 São Paulo), semelhante ao que fez o pesquisador do IBGE e o assessor de imprensa que produziu o *release*, deu destaque aos católicos, evangélicos, espíritas e sem religião, por possuírem maior número de praticantes.

Na tentativa de elucidar, também, as razões para não haver, nos *releases* ou nas notícias sobre imigrantes nenhuma informação sobre a fragilidade das condições de vida de

minorias, analisou-se a publicação “Censo demográfico 2010 - Resultados gerais da amostra” (IBGE, 2010, p.69-71), utilizada como base para o *release* de 16 de novembro de 2011, sobre o tema imigração internacional. O texto de análise trouxe os quantitativos de imigrantes verificados no Censo 2010, comparações com o Censo 2000, os países de origem dos imigrantes e, ainda, a participação dos imigrantes no total da população de cada um dos estados brasileiros. Não houve registro, no entanto, sobre a existência de nenhum dado sobre as condições de vida desses imigrantes. Foi consultado, em seguida, o questionário da Amostra (disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/coleta/questionarios>), a partir do qual se concluiu que essas informações não foram sequer coletadas. Isto pode evidenciar que o IBGE não considerou relevante produzir uma análise sobre as condições de vida dos imigrantes no Brasil.

Percebeu-se, tanto nos *releases* quanto nas notícias, que os idosos, apesar de terem destaque, não são representados em suas fragilidades, mas apenas demograficamente. Na notícia “Bahia é o estado com maior número de centenários”, de 29 de novembro de 2011, por exemplo, o texto apresenta um ranking entre os estados com mais idosos, artifício muito utilizado nas análises estatísticas e apreciado pela mídia, como se vê no trecho da notícia abaixo:

“A Bahia é o estado com o maior número de centenários. São 3.525 moradores com cem anos ou mais, segundo dados do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta segunda-feira (29). Em seguida, aparece São Paulo com 3.146, seguido por Minas Gerais com 2.597 centenários. No total, de acordo com o IBGE, o Censo 2010 apurou que existiam 23.760 brasileiros com mais de cem anos.”

Por último, em relação aos homossexuais, houve referência em apenas dois *releases* e se registrou, apenas uma vez, vulnerabilidade, em relação ao alto percentual de uniões consensuais (informais). No G1, os homossexuais foram mencionados em cinco notícias, mas somente foi apontada vulnerabilidade em duas ocasiões. Entendemos que a falta de representações sobre os homossexuais, tanto nos *releases* quanto nas notícias, decorre em primeiro lugar do modo como foi captada a informação, na questão 5 do questionário básico (aplicados em todos os domicílios) e da amostra⁵, que investiga a “lista de moradores em 31 de julho de 2010”, e a “relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio”. A informação sobre casal homossexual foi captada quando a relação de uma das pessoas da listagem recai sobre a opção “cônjuge ou companheiro do mesmo

⁵ A amostra é composta de uma fração dos domicílios a qual é aplicada o questionário, cujo percentual de domicílios é inversamente proporcional ao tamanho da população, ou seja, quanto menor a população, mais domicílios respondem.

sexo”. Ou seja, não houve uma pergunta sobre a orientação sexual das pessoas, mas apenas, sobre os casais homossexuais (60 mil no país), acarretando, ao nosso ver, uma subenumeração desse indicador.

O então presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, discorda da nossa hipótese de que o modelo de coleta determine a escassez da informação. Segundo ele, entrevistado para notícia, da Agência Estado, e veiculada pelo G1 em 29 de novembro de 2010, quanto mais a legislação brasileira se adaptar à nova realidade social, concedendo direitos aos homossexuais, com mudanças no imposto de renda, previdência social e seguro saúde, a estatística sobre casais do mesmo sexo se elevará.

Considerações finais

A expressão minoria social, que carrega um sentido político, não apareceu em nenhum dos *releases* ou das notícias analisadas, o que nos leva a considerar a grande distância que existe entre a produção da notícia com base em dados estatísticos e a representação das minorias na mídia. O termo fica apenas subsumido, na informação estatística, que as apresenta, exclusivamente, como categorias populacionais de gênero (mulheres), cor e raça (negros, índios), faixa de idade (crianças, idosos), relações de parentesco (casais homossexuais), religião (Candomblé/Umbanda) e deficiência.

A análise quantitativa das notícias sobre minorias no Censo mostrou o quanto o tema minorias relaciona-se com as notícias do Censo 2010, pois no universo de 97 notícias sobre Censo, 65 notícias eram sobre minorias. Por outro lado, o resultado da análise sobre as características de minorias nas notícias apontou que em cerca de 30% das ocorrências de minorias nos *releases* e em metade das ocorrências nas notícias do G1 não ficou explícita a fragilidade das condições de vida das minorias, por não ter havido referência às categorias que utilizamos na pesquisa: desigualdade, vulnerabilidade e submissão.

Já a análise qualitativa nos mostrou que o noticiário sobre minorias no Censo 2010 decorre de uma série de condições e atores, que em seu conjunto complexo determinam quais minorias são “visíveis” para a mídia e de que forma e aquelas que são “invisíveis”. O modo como a sociedade enxergou as minorias nas notícias do Censo 2010 resultou de escolhas, mas também de omissões, em relação às perguntas do questionário do Censo, à tabulação dos dados coletados, ao texto de análise dos pesquisadores, à produção do *release* e da notícia.

Na grande maioria das vezes, com raras exceções, constatou-se que nas notícias sobre minorias que utilizaram estatísticas do IBGE, existiu a tendência de transportar o discurso estatístico, que sendo herdeiro do campo da Matemática traz a suposição de verdade, para o discurso jornalístico, sem a menção de outras fontes de informação. Embora algumas matérias tenham trazido comentários dos especialistas do Instituto, em várias outras, a instituição foi personificada, como em “Número de mulheres ocupadas cresceu 24% em 10 anos, diz IBGE”, de 19 de dezembro de 2012, ou em “Metade dos chefes de família não tem o ensino fundamental, aponta IBGE”, de 17 de outubro de 2012. O resultado disso foram notícias que abordaram as minorias do ponto de vista essencialmente demográfico, ao invés de se aprofundarem nas condições de vida dessas pessoas.

A relação de causalidade entre *release* e notícia, que denota a crise da atividade jornalística, pressionada pelas questões tecnológicas (tempo real), foi confirmada em dois momentos da pesquisa. Em um primeiro, quanto aos imigrantes e aos praticantes de Camdomblé/Umbanda, tanto o *release* (um) quanto as notícias (três) não trataram de nenhuma das características de fragilidade dessas minorias. Mesmo em se tratando de dados demográficos, as notícias poderiam trazer informações adicionais sobre o que significa para o país as mulheres serem maiorias numéricas, porém serem minoria na política, receberem cerca de 70% do salário dos homens, no mesmo cargo, e viver todo tipo de vulnerabilidade social, inclusive a violência. Também poderiam trazer entrevistas de outras fontes e representantes das minorias, dando voz a elas. No entanto, as notícias naturalizaram as desigualdades, sem contextualizá-las historicamente e sem revelar suas origens econômicas e políticas.

Para além dos resultados empíricos, a pesquisa apresenta questões de poder e explícita o choque de conciliação entre os interesses da mídia e os dos cidadãos. Na medida em que a mídia deixa de produzir matérias sobre minorias que revelem as fragilidades das condições de vida, ou seja, que mostrem que elas não detêm a cidadania no sentido amplo, RAMONET (2013) defende que há um enfraquecimento da democracia. É nesse lugar de crise da mídia, que PAIVA (2003) acredita que há espaço para o fortalecimento dos veículos comunitários, e do sentido de identidade e comunidade. É, também, onde se pode pensar a produção e divulgação de estatísticas “cidadãs”.

Nessa perspectiva, SENRA (2008), autor de História das estatísticas brasileiras, obra de maior fôlego sobre o campo da sociologia das estatísticas no país, refletindo sobre o

IBGE, afirma que o Brasil está amadurecendo um novo modo de fazer estatística, segundo ele, a dos indicadores sociais, com vistas à mediação de problemas para efeito da fixação de direitos, e que teria um caráter universal. Esse novo modo de fazer estatística somente será favorável às minorias se ocorrer ao mesmo passo que um novo modo de tratar a divulgação desses dados para a mídia, avançando em dois terrenos, um no campo linguístico e outro no institucional, que são a produção de *releases* que focalizem as minorias e sua divulgação, não apenas para a mídia hegemônica, mas para a mídia não-hegemônica (veículos comunitários, agências de notícias independentes, noticiários de organizações não-governamentais), permitindo que as minorias sejam personagens e autores de seu próprio tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número – Ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, Lda, 2014.

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais - Universidade Federal do Ceará (UFC)**, Ceará, volume II, nº 1, p.149-168, 1971.

IBGE. **Censo demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo demográfico 2010 - Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, 2010.

MAIA, Silvia. **A Notícia da estatística: a divulgação das estatísticas do IBGE na visão dos jornalistas**. 2005. 128f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, Rio de Janeiro.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2003.

RAMONET, Ignacio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: DE MORAES, Dênis (org.). **Mídia, Poder e Contrapoder – Da concentração monopólica à democratização da informação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2013.

SENRA, Nelson. Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.411-425, abr.-jun. 2008.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.